

A faded, sepia-toned portrait of Gustavo Forde, a man with a beard and mustache, looking slightly to the right. The image is the background for the entire page.

ENTREVISTA

**GUSTAVO FORDE:
DIVERSIDADES E
MOVIMENTO NEGRO NO
ESPÍRITO SANTO**

Marluce Leila Simões Lopes

Doutora em educação pela Universidade Federal do Espírito Santo. Possui graduação em pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Carangola e mestrado em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em História, Sociedade e Culturas, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, culturas, violência, racismo, currículo e gênero.

Lucas Rodrigues Barreto

Graduado em História pela universidade Federal do Espírito Santo e servidor do Arquivo Público do Espírito Santo.



Gustavo Henrique Araújo Forde é capixaba, Doutor em Educação e professor do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Desenvolve estudos e pesquisas em afrodescendência e relações étnico-raciais na educação, com interesse especial nos campos da história da educação da população negra, do movimento negro e do ensino de matemática. Foi Diretor de Cidadania e Direitos Humanos da Ufes e, atualmente, é Pró-Reitor de Assuntos Estudantis e Cidadania.

Marluce Simões: *Você, enquanto docente do ensino superior e pesquisador, acha que o tema da diversidade tem avançado no Brasil?*

Gustavo Forde: Primeiro, gostaria de agradecer o convite e a oportunidade de dialogar com os leitores da Revista do APEES. Para mim é uma honra conceder esta entrevista para o APEES, local que me acolheu e onde realizei parte da produção de dados da pesquisa que fiz no meu doutoramento.

É importante destacar que a categoria diversidade é muito ampla e contempla uma multiplicidade de temas e sujeitos. Nela, é comum encontramos temáticas que envolvem diferenças de gênero, étnico-raciais, sexualidades, população do campo, jovens e adultos, pessoas com deficiência e outras. Dito isto, sim, a partir da primeira década do século XX, as questões da diversidade, diferenças, identidades culturais e inclusão social avançaram e foram tratadas com uma maior relevância das pesquisas e estudos – em especial – no campo educacional.

Este avanço foi muito importante, pois, ele possibilitou um amplo conjunto de contribuições para a promoção da dignidade humana dos diversos grupos sociais constituídos a partir de suas diferenças e especificidades no âmbito das políticas sociais e da agenda pública do Estado Brasileiro. Entretanto, nos

últimos anos, este avanço tem sofrido retaliações com o crescimento de um projeto conservador em setores da sociedade e, especialmente, no atual Governo Federal.

MS: *Qual sua opinião sobre as políticas públicas que estabelecem cotas na Ufes? Tem acontecido de forma qualificada?*

GF: As políticas de cotas na Ufes, ou as chamadas políticas de reserva de vagas, possuem uma historicidade desde a década de 1990, quando o movimento social negro capixaba formulou e apresentou a reivindicação de cotas para negros e negras no ensino de graduação.

Todavia, este debate só será de fato institucionalizado na primeira metade dos anos 2000 e, em 2007, será aprovado um Sistema de Inclusão Social na Ufes (reserva de vagas) que irá refutar o recorte étnico-racial e a compreensão de que o racismo se constitui um dos problemas estruturantes de produção de desigualdades no Brasil e, se restringirá, tão somente no recorte de origem e de renda, ou seja, estudantes de escola pública que apresentassem determinada renda econômica familiar. Recentemente, o sistema de cotas foi aperfeiçoado com a Lei Federal 12.711/2012, garantindo a reserva de vagas para alunos de escola pública e, dentre estes, estabelecen-

do reserva de vagas para estudantes de baixa renda, estudantes pretos pardos e indígenas e estudantes com deficiência.

Como percebemos, no seu percurso histórico, as políticas de cotas negligenciaram a dimensão estrutural do racismo e o seu impacto na produção das desigualdades sociais que afetam estruturalmente a população negra no Brasil. Outrossim, as atuais políticas de cotas na Ufes tem proporcionado a qualificação da democratização do acesso ao ensino superior e requerido um conjunto de avanços nas dimensões materiais e simbólicas. Tais avanços, a meu ver, requerem a consolidação das ações afirmativas como um princípio ético-político orientador das ações e políticas de ensino, pesquisa, extensão e gestão no âmbito da universidade, com foco na sustentabilidade e equidade sociocultural, territorial, educacional, científica e tecnológica dos estudantes cotistas.

MS: *O que justificaria a implantação do sistema de cotas?*

GF: As políticas de cotas se inserem em um conjunto mais amplo de políticas públicas, as chamadas políticas de ações afirmativas. Vou pedir permissão para delimitar a minha resposta às ações afirmativas em benefício da população negra, uma vez que esta população tem sido protagonista neste debate no Brasil. É sabido que a população negra (pretos + pardos), maioria da população brasileira, após 130 anos do fim da escravidão, permanece excluída dos espaços socialmente qualificados e seus membros são tratados como sujeitos supostamente portadores de uma humanidade inferior e, portanto, são vistos como sujeitos de menor valor social por uma ampla parcela da sociedade.

Tal tratamento social inferiorizado, por um lado é fortemente determinado pelo racismo (interpessoal, institucional e estrutural) e, por outro lado, é mantido pela falta de políticas públicas para esta parcela da sociedade. Nesse contexto, as ações afirmativas na sociedade brasileira se justificam para combatermos as desigualdades na qualidade de vida entre

“Não vejo como, a não ser com grandes prejuízos, produzir uma compreensão e leitura da história da humanidade e, em particular, da história do Brasil sem o estudo da história e da cultura africana. Será na África, berço da humanidade, que encontraremos boa parte das matrizes civilizatórias, científicas e tecnológicas da ciência ocidental”.

brancos e negros. Dito de outro modo, as ações afirmativas visam oferecer um tratamento diferenciado aos grupos sociais historicamente discriminados e marginalizados, por meio de mudanças de posturas reais e efetivas do Estado e das Instituições em benefício dos socialmente excluídos, que, no caso dos negros, correspondem à maioria da população brasileira.

MS: *A discriminação racial afeta de diferentes formas homens e mulheres?*

GF: Sim, afeta de maneira profunda. Homens negros e mulheres negras compartilham de experiências

“Desconheço a existência de pessoas negras no Brasil que nunca tenham sofrido discriminação racial. O que ocorre, é o fato de muitas vezes algumas pessoas não compreenderem que várias das situações de preconceito, discriminação ou quaisquer outros tratamentos desqualificadores estão permeadas por estigmas e estereótipos de natureza racista”.

comuns diante de uma sociedade racista como a brasileira. Entretanto, a interseção raça e gênero expõe as mulheres negras a um tipo de discriminação racial potencializada pelo machismo. Não podemos esquecer que o racismo e o machismo constituem armas ideológicas de dominação utilizadas por um determinado grupo social hegemônico (no caso do Brasil, o grupo branco europeu), contra os chamados grupos outsiders. Entretanto, vale destacar, que se as mulheres negras são as mais vulneráveis na sociedade brasileira, também são estas mulheres que ao longo da história têm sido as grandes guardiãs da nossa memória e ancestralidade africano-brasileira, além

de exercerem importante protagonismo nos movimentos de resistência, afirmação e emancipação do povo negro ao longo de todo período imperial, colonial e republicano brasileiro.

MS: Na sua opinião, qual a melhor forma de lidar e combater a discriminação racial?

GF: Costumo dizer que eu gosto de pensar em duas estratégias complementares: uma de caráter repressivo e outra de caráter promocional. Após três décadas de sancionada a Lei 7.716/1989, a chamada Lei Caó, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, são raros os casos de racismo que são de fato registrados e tratados no escopo desta lei. Tais comportamentos sociais e jurídicos, de certa maneira já naturalizados e institucionalizados, tal como o racismo também o é em diversos setores sociais e institucionais brasileiros, precisam ser revistos e aperfeiçoados, visando a garantir a repressão a este crime previsto em Lei, que tantas mortes e sofrimentos continuam causando no Brasil.

Por outro lado, faz-se necessário também promover uma cultura antirracista e livre de etnocentrismo em contraposição à cultura racista e eurocêntrica ainda hegemônicas na sociedade brasileira. A promoção de uma cultura antirracista e que promova a equidade étnico-racial requer políticas públicas que promovam a implementação de ações e serviços nas áreas de educação, saúde, segurança pública, cultura etc., capazes de reeducar brancos e não brancos visando à promoção de relações étnico-raciais positivas e, sobretudo, à promoção de igualdade de oportunidades entre brancos e não brancos. Vale destacar aqui, a Lei 10.639/2003 que institui a obrigatoriedade do ensino da história africana e afro-brasileira que, após mais de uma década e meia, ainda não é tratada de maneira adequada por um conjunto amplo de instituições, estabelecimentos e redes de ensinamentos.

MS: Como a ética e a diversidade étnico-racial estão relacionadas?

GF: Há, sem dúvida, uma dimensão ética e moral

quando tratamos das tensas relações e desigualdades étnico-raciais brasileiras. Porém, meus estudos e pesquisas, apontam a necessidade de compreender que não se trata apenas de uma questão ética, trata-se sobretudo de uma questão ideológica e de relações de poder, que constituem matriz estruturante do Projeto de Nação brasileiro forjado na segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX. Neste projeto, a nação foi pensada e desejada como uma nação branca ou uma nação mestiça “quase branca”.

Naquele momento, e ainda hoje, o projeto de nação foi formulado com base no genocídio e no epistemicídio negro e indígena. Ainda hoje, convivemos com tipos de relações sociais herdadas das relações entre a Casagrande e a Senzala. Trata-se de um projeto de Nação que emerge na crença da existência de raças superiores e inferiores. Se há uma dimensão ética neste processo, não há dúvida, porém, que o debate ético me parece insuficiente para compreendermos o modo como o racismo opera e estrutura a nação brasileira.

MS: Você acha importante que a história e a cultura africana e afro-brasileira estejam presentes no currículo escolar? Como a escola deve tratar estes temas?

GF: Não vejo como, a não ser com grandes prejuízos, produzir uma compreensão e leitura da história da humanidade e, em particular, da história do Brasil sem o estudo da história e da cultura africana. Será na África, berço da humanidade, que encontraremos boa parte das matrizes civilizatórias, científicas e tecnológicas da ciência ocidental. Este tema deve ser tratado como uma das bases curriculares e epistemológicas para a produção e organização do currículo escolar. Não se trata de simples tema transversal, trata-se de uma das matrizes de pensamento e da história do mundo.

Esta matriz de conhecimento deve estar presente nos currículos, não apenas das áreas de humanas, mas, igualmente nas áreas de exatas. Durante a realização do meu mestrado em educação investiguei a



Gustavo Henrique Araújo Forde. Foto de Zélia Siqueira.

presença africana no ensino da matemática, naquela ocasião um dos nossos objetivos foi investigar a contribuição negro-africana no desenvolvimento do conhecimento matemático e identificamos dezenas de descobertas matemáticas de matriz africana nas áreas de geometria, aritmética e álgebra. Tratam-se de conhecimentos que apresentam matrizes africanas e, quase sempre, professores e estudantes os tratam como conhecimentos europeus de matriz greco-romana.

Reposicionar tais matrizes de conhecimentos nos berços civilizatórios africanos, além de uma necessidade histórica e ética, contribuirá para a desconstrução de estigmas e estereótipos produzidos contra africanos e seus descendentes nas diásporas africanas. Além, é claro, de contribuir para que os nossos estudantes possam construir uma imagem justa sobre seus antepassados e sobre si mesmos.

“As ações afirmativas visam oferecer um tratamento diferenciado aos grupos sociais historicamente discriminados e marginalizados, por meio de mudanças de posturas reais e efetivas do Estado e das Instituições em benefício dos socialmente excluídos, que, no caso dos negros, correspondem à maioria da população brasileira”.

MS: *Você já sofreu discriminação racial? Caso tenha sentido, você acha que isso interferiu na sua trajetória escolar?*

GF: Desconheço a existência de pessoas negras no Brasil que nunca tenham sofrido discriminação racial. O que ocorre, é o fato de muitas vezes algumas pessoas não compreenderem que várias das situações de preconceito, discriminação ou quaisquer outros tratamentos desqualificadores estão permeadas por estigmas e estereótipos de natureza racista.

No Brasil, por ser muitas vezes velado e naturalizado, a discriminação racial é confundida com a situação de pobreza (classe social). De outro modo, a discriminação racial pode ocorrer de maneira direta ou indireta. Classifico como direta, por exemplo,

tratamentos discriminatórios dirigidos diretamente à minha pessoa. Classifico como indireta – por exemplo – quando a discriminação se constitui na ausência de referenciais africano-brasileiros nas produções cinematográficas, nos materiais didáticos, nas produções acadêmicas, no parlamento brasileiro, nos espaços de gestão etc.

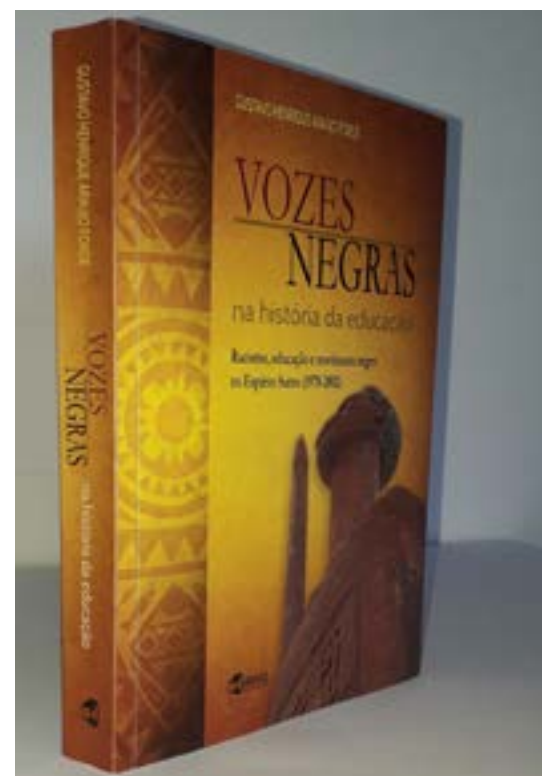
Na minha trajetória escolar e, ainda hoje, sofri e sofro os efeitos da discriminação racial tanto direta quanto indireta e, claro, interferiu não apenas na minha trajetória escolar, mas também na forma como toda a sociedade se constituiu em como nós – povo brasileiro – somos hoje.

É sabido que, os processos de socialização nos espaços escolares, ainda permeados pelo racismo e eurocentrismo, produzem marcas nas trajetórias em como a parcela branca da sociedade usufrui de uma rede de privilégios materiais e imateriais. Mas, especialmente, o racismo e o eurocentrismo compreendidos como elementos fundantes nos processos de socialização hegemônicos brasileiros, definem cotidianamente a nossa maneira de *ser*, de *estar*, de *conviver*, de *sentir* e, até mesmo de *amar* ou de *desprezar*.

Lucas Barreto: *Por fim, sabendo que sua tese de doutorado foi sobre o Movimento Negro no Espírito Santo, gostaríamos que você falasse sobre as características desse movimento e como ele está presente no cotidiano capixaba.*

GF: A minha tese de doutoramento, recentemente publicada em livro que se encontra na 2ª edição, foi intitulada “Vozes negras na história da educação: racismo, educação e movimento negro no Espírito Santo (1978-2002)”; a partir de um conjunto de fontes e documentos, demonstro que, tal como nas demais unidades federativas do Brasil, o movimento negro capixaba é um movimento amplo e plural, nele, estão reunidas, organizações explicitamente de luta política e, outras de caráter recreativo, religioso, cultural etc.

Em linhas gerais, podemos definir Movimento Negro como o conjunto de grupos, núcleos, coletivos, organizações e entidades com o objetivo de



combater o racismo e as desigualdades étnico-raciais; promover os valores históricos e culturais de matriz africana; defender os direitos sociais e civis da comunidade negra; dentre outros objetivos. Este movimento se organizou no Espírito Santo desde as primeiras décadas do período republicano, encontramos registros de atuação no Estado, por exemplo, da “Frente Negra Brasileira” na década de 1930 e, da “União de Homens de Cor”, na década de 1940; ambas as organizações atuaram em nível nacional com presença em diversos estados.

Mais tarde, nos anos 1970, encontraremos no Espírito Santo o surgimento do “Movimento Negro Unificado (MNU)”, também uma organização com atuação em vários estados brasileiros e, nos anos 1980, como uma “onda negra” o protesto negro na Grande Vitória se amplificou com a criação de diversas entidades negras, tais como: Grupo Gangazumba, Centro de Estudos da Cultura Negra (CECUN), Grupo Raça, Grupo de Mulheres Negras do Espírito Santo, Grupo Afrocultural Abi-Dudu, Agentes Pasto-

“Ainda hoje, convivemos com tipos de relações sociais herdadas das relações entre a Casagrande e a Senzala. Trata-se de um projeto de Nação que emerge na crença da existência de raças superiores e inferiores”.

rais Negros e outros. No início do século XXI o movimento negro capixaba, concomitantemente ao processo de qualificação acadêmica de seus quadros, cada vez mais investe na consolidação da interlocução, ações e projetos na agenda estatal do Espírito Santo, em especial, com a realização de encontros, comissões de trabalho, controle social, formação de professores etc.

Não há dúvidas que o movimento negro capixaba tem sido um importante sujeito coletivo na historiografia social e política do Espírito Santo, todavia, mesmo as respostas governamentais ainda são insuficientes. Quero dizer, as ações e políticas efetivamente implementadas pelos poderes públicos em benefício da população negra, que representa cerca de 63,6% da população do Espírito Santo, ainda são escassas. Esta escassez, nos diz muito do modo como o racismo institucional opera as instituições governamentais e, me parece que, combater o racismo institucional tem sido o desafio atual deste movimento social.